

PARECER Nº: 020/2003.

ASSUNTO: Análise e emissão de parecer jurídico acerca do Projeto de Lei que autoriza o executivo Municipal a criar uma creche no distrito de Correntinho de Guanhães/MG.

CONSULENTE: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guanhães - MG.

RELATÓRIO

Trata-se o presente, de consulta encaminhada pelo Ilmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Guanhães, visando a análise e a emissão de parecer jurídico, nos termos de orientação quanto a legalidade e possíveis vícios que contenham o projeto de Lei acima referido.

O projeto de Lei autoriza o Executivo local a construção de uma Creche no Município de Correntinho de Guanhães.

Para análise e parecer faz-se presente o já referido projeto de Lei.

Por ser breve, este é o relatório;

FUNDAMENTAÇÃO

Apesar do caráter autorizativo e da comprovada necessidade e beneficência do referido projeto, entende-se necessário a sua alteração e complementação, uma vez que certos parâmetros têm que ser seguidos para elaboração e execução de um projeto de lei.

A Lei precisa ser vazada em estilo simples, conciso e em ordem direta, dada que é feita para o povo em geral e não para os técnicos.

A legalidade da lei deve constituir a primeira cautela do legislador. Nenhuma redundância há nessa afirmativa, dada a frequência de leis que contrariam normas superiores ou extravasam da competência do órgão legislativo que as elabora. A lei, consagrando regras jurídicas de conduta, há de ser antes e acima de tudo legal, isto é, conforme o Direito.



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS	
Confere com o original apresentado. Dou fé	
Guanhães, 24 de Feb de 2003	
EM TESTE	DA VERDADE
<i>[Signature]</i>	
<input type="checkbox"/>	Arivaldo Mourão Elias 2º Tabelião
<input type="checkbox"/>	Rui Francisco Afonso Mourão 2º Tabelião Substituto
<input type="checkbox"/>	Renata Mª Duque Thomaz Elias 2ª Tabelião Substituto
<input checked="" type="checkbox"/>	Fátima S. Pereira da Silva Pereira Escrivente

"O poder de fazer a lei não compreende o de reformar a Constituição. Toda lei que cerceie direitos e instituições consagrados na Constituição é inconstitucional. Por maioria de razão, inconstitucionais são as deliberações não-legislativas das Câmaras, que interessarem esfera vedada ao Legislativo. (in MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**, São Paulo: Malheiros, 12. ed, 2001, p. 637)."

"A função legislativa, que é a principal, resume-se na votação de leis e estende-se a todos os assuntos da competência do Município (C.F., art.30), desde que a Câmara respeite as reservas constitucionais da União (arts. 22 e 24) e as do Estado - Membro (arts 24-25). (in MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**, São Paulo: Malheiros, 12. ed, 2001, p. 577)."

Trata-se de um aumento de gastos poderá trazer um desequilíbrio para contas municipais, que logicamente, obedecendo aos parâmetros da LRF, deverá ser comprovada a disponibilidade de recursos financeiros para a implementação desta obra, além do mais, a mesma deverá ser precedida de licitação, uma vez que se trata de obra pública, cuidando assim pela observação de todo o procedimento licitatório.

Salienta-se ainda que o procedimento correto, eficiente e mais ligeiro para a construção da referida creche, seria a comprovação da necessidade através de pesquisas e estudos, apresentando-se desde a demonstração da necessidade até o projeto de execução com os valores de gastos e a comprovação da disponibilidade de dotação orçamentária, sendo logo após encaminhado ao executivo local, afim de que o mesmo tome as providências cabíveis.

Diante das explanações acima feitas, passa-se à conclusão.

Conclusão _____

Podemos asseverar "prima facie", que a proposta apresentada é de suma importância, uma vez que busca a criação de uma nova creche para o Município, sendo-se inquestionavelmente de um projeto



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS	
Confere com o original apresentado. Dou fé	
Guanhaes, 24/06/2003	
EM TESTE _____ DA VERDADE	

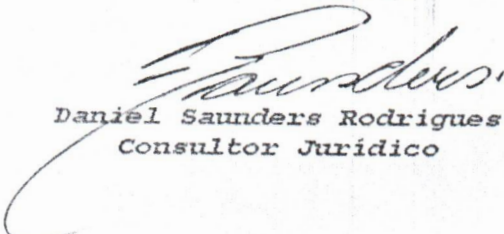
<input type="checkbox"/>	Arivaldo Mourão Elias 2º Tabelião
<input type="checkbox"/>	Rui Francisco Afonso Mourão 2º Tabelião Substituto
<input type="checkbox"/>	Renata M. Duarte Thomas Elias 2º Tabelião Substituto
<input checked="" type="checkbox"/>	Maria de Fátima da Silva Pereira Escrivã

imensamente enriquecedor para a comunidade de Correntinho de Guanhaes.

Porém, o projeto de lei da forma em que foi apresentado, só tem o caráter figurativo, devendo pois, ser complementado e observadas as várias colocações feitas no corpo deste parecer, principalmente quanto aos procedimentos a serem seguidos e observados, sendo indispensável para o prosseguimento, viabilidade e legalidade do Projeto de Lei, uma vez que somente com a devida retificação destas observações será possível o prosseguimento e a aprovação do referido projeto.

Salvo melhor juízo, é como parece a questão.

Governador Valadares, 14 de junho de 2003.


Daniel Saunders Rodrigues
Consultor Jurídico

CARTORIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
Confere com o original apresentado. Dou fe
Guanhaes, 24 de junho de 2003
EM TESTE _____ DA VERDADE _____
☐ Arivalina Mourão Elias 2ª Tabela
☐ Rui Francisco Afonso Mourão 2ª Tabela Substituto
☐ Renata M. Duque Thomas Elias 2ª Tabela Substituto
☒ Maria de Fátima da Silva Pereira Escrivão

